

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CRISTIANE PACHECO DA SILVA**

**O USO DAS MÍDIAS NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DE
EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

**CURITIBA
2013**

CRISTIANE PACHECO DA SILVA

**O USO DAS MÍDIAS NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DE
EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Artigo apresentado para obtenção do título de Especialista em Mídias Integradas na Educação no Curso de Pós-Graduação em Mídia Integradas na Educação, Setor de Educação Profissional e Tecnológica, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Izabel do Rocio Costa Ferreira

CURITIBA

2013

O uso das mídias no processo ensino aprendizagem de educandos com Deficiência Intelectual

SILVA, Cristiane Pacheco da¹

Curso de Especialização em Mídias Integradas na Educação. SEPT/UFPR.

Polo UAB de Apoio Presencial em Colombo/PR.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo demonstrar como as mídias podem auxiliar os educandos com deficiência intelectual em seu processo de ensino aprendizagem, possibilitando realizar uma orientação aos professores e profissionais da área sobre a importância e necessidade do uso da tecnologia em sala de aula, principalmente, com a clientela considerada inclusiva. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica com método qualitativo, bem como uma coleta de dados por meio de questionário com professoras da área da educação inclusiva, enfocando os principais pontos sobre o assunto. Para tanto, conceituou-se mídias; educação inclusiva e deficiência intelectual. Foi possível, então, constatar que a utilização das tecnologias na escola impulsiona a abertura de espaços ao mundo e ao contexto em que o aluno está inserido, permitindo que o mesmo conheça e participe ativamente das situações que envolvam a sociedade em geral sem, contudo, abandonar o universo de conhecimentos acumulados que o sujeito adquiriu ao longo dos anos.

Palavras-chave: Mídias. Aprendizagem. Deficiência Intelectual.

¹ Rua Mário Bittencourt, 68 - Santa Cândida - CEP.: 82.640-660

Introdução

Pretendeu-se com este estudo demonstrar como as mídias podem auxiliar os educandos com deficiência intelectual em seu processo de ensino aprendizagem.

De acordo com Belloni (2005), o uso de Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) na educação é importante e necessário para os dias de hoje, principalmente com os alunos que apresentam alguma deficiência ou necessidade educativa especial.

Compreende-se que nos dias atuais, as mídias fazem parte do dia a dia do indivíduo, seja como meio para o trabalho, seja para a diversão ou até mesmo para a socialização. Então, porque não aproveitá-la também na área educacional, principalmente com os educandos que apresentam alguma necessidade educativa especial ou a própria deficiência.

Moran (2007) afirma que o professor deve se aperfeiçoar e para isso precisa estar em consonância com o uso da informática e da telemática em sala de aula, pois auxiliará os educandos no ensino aprendizagem.

Portanto, para este estudo conceituou Mídias, Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual; a fim de orientar professores e profissionais da área sobre a importância e necessidade do uso da tecnologia em sala de aula, principalmente, com a clientela considerada inclusiva.

A pesquisa foi realizada por meio de leitura sobre os temas abordados: mídia, deficiência, educação inclusiva. Constituindo-se uma pesquisa bibliográfica enfocando os pareceres de diversos autores sobre o assunto em questão, assim como uma coleta de dados, por meio de questionário observando os conceitos de professores acerca do uso das mídias em suas aulas.

Revisão de Literatura

A Educação Inclusiva no Brasil

As Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) salientam que a criança com deficiência é aquela que:

Apresenta acentuadas dificuldades de aprendizagem e, ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares: podendo ser aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específicas; e, aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências, como deficiência intelectual, deficiências múltiplas, paralisia cerebral quando associada à deficiência intelectual, síndrome de Down.

Também dificuldades de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos, que demande adaptações de acesso ao currículo, com utilização de linguagens e códigos aplicáveis, crianças com surdez ou audição reduzida.

Crianças que nasceram cegas ou com visão reduzida.

Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os levem a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes e que, por terem condições de aprofundar e enriquecer esses conteúdos deve receber desafios suplementares em classe regular, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para concluir, em menor tempo, a série ou etapa escolar.

As crianças que apresentam superdotação intelectual, como salientam as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001, p.45).

Os direitos das crianças com deficiência estão incutidos em vários documentos oficiais, mesmo que não de forma salientada, é possível notar que estes documentos fazem referências, afinal segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Artigo 7º: A criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Em seu Artigo 54 está previsto, no item VII, o atendimento no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, competindo ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola (BRASIL, 1990). Nota-se que a palavra deficiência não faz parte de tal citação, porém toda criança e adolescente têm direito, seja com ou sem deficiências.

A atenção para inclusão começava sua jornada nas Leis de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), uma vez que, em seu Art. 2º a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Também salienta em seu Art. 3º que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; e, respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Desse modo, percebe-se que os educandos com deficiência deveriam fazer parte da rede regular de ensino, cabendo às escolas se adequarem à nova realidade, ou seja, as escolas deveriam em seus Projetos Políticos Pedagógicos, em suas discussões e em seu planejamento contemplar com a participação da comunidade escolar, em reflexões e propostas sob três dimensões de ação que competem a segmentos distintos, como a construção de culturas inclusivas (comunidade escolar e sociedade civil); a elaboração de políticas inclusivas (secretarias municipais e estaduais de educação); e, a dimensão das práticas inclusivas (professores e equipe técnico-pedagógica) (BRASIL, 1996).

Além de que, nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996) se contempla a educação especial, os artigos 58, 59 e 60 relatam sobre o que é educação especial e quais suas especificidades, assim sendo, segundo esse documento: educação especial é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais e deficiências.

Haverá, para tanto, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Bem como, o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular, serão atendidos alunos desde a educação infantil (BRASIL, 1996).

Ainda garante que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização especificadamente para atender às suas necessidades; terminalidade específica; professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; educação especial para o trabalho; e acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

Estão apontados, nessa definição, aspectos fundamentais relativos às práticas educacionais a serem dirigidas aos alunos com necessidade especiais, destacando-se: adoção de recursos e serviços educacionais no sentido de proporcionar condições favoráveis ao processo educacional, em face das especificidades dos educandos; e a abrangência das ações, que devem

desenvolver-se nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino (BRASIL, 2002).

Em 2008, percebe-se uma redefinição no conceito, conforme segue: a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

No entanto, nota-se um abandono da ideia de Educação Especial como uma proposta pedagógica, para centrar-se na disponibilização de recursos e serviços. O decreto 6.571/2008, que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino, bem como sua finalidade é a ampliação da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular; nem mesmo menciona o termo Educação Especial, promovendo uma substituição discursiva pelo termo "Atendimento Educacional Especializado". Ressalta-se que as funções de apoiar e substituir foram retiradas da definição, e assume a ideia de complementaridade e suplementaridade à escola comum.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE é definido como: conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular (BRASIL, 2008b).

Já a Resolução CNE/CEB 4/2009 institui as Diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, prioritariamente na Sala de Recursos Multifuncionais, e reafirma a Educação Especial como modalidade educacional e também enfatiza o Atendimento Educacional Especializado.

A Educação Especial brasileira foi estruturada ao longo do século vinte sobre poucas instituições públicas e uma rede paralela de instituições privadas que desenvolveram o trabalho em regime de convênios com secretarias de educação nos estados e municípios.

A Legislação que regulamenta a educação especial no Brasil se resume em: Constituição Federal de 1988 – Educação Especial; Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN; Lei nº 9394/96 – LDBN - Educação Especial; Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente –

Educação Especial; Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 8859/94 – Estágio; Lei nº 10.098/94 – Acessibilidade; Lei nº 10.436/02 – Libras; Lei nº 7.853/89 – CORDE – Apoio às pessoas portadoras de deficiência; Lei n.º 8.899, de 29 de junho de 1994 – Passe Livre; Lei nº 9424 de 24 de dezembro de 1996 – FUNDEF.

Além da Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004 – Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência; Lei nº 10.216 de 4 de junho de 2001 – Direitos e proteção às pessoas acometidas de transtorno mental; Plano Nacional de Educação – Educação Especial; e, Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

No estado do Paraná a educação especial é uma modalidade que recebe atenção tanto da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba quanto da Secretaria de Estado de Educação. O atendimento às Pessoas com Deficiência – PcD é realizado por meio da inclusão desses alunos em escolas regulares, também dispondo de escolas especiais que implementam projetos específicos para esse público. Além disso, é dever do Estado garantir a oferta da educação especial em todos os níveis de ensino, iniciando-se na educação infantil (PARANÁ, 2005).

Portanto, uma metodologia de ensino inclusiva deve ser capaz de garantir que o aluno se sinta motivado para frequentar e participar das atividades na sala de aula deve possuir qualidade curricular e metodológica, deve identificar barreiras à aprendizagem e planejar formas de removê-las para que cada aluno seja contemplado e respeitado em seu processo de aprendizagem.

A Deficiência Intelectual (DI)

As estimativas, no Brasil, demonstram que a deficiência intelectual corresponde à metade do total de pessoas com deficiência: seriam 7,5 milhões de pessoas, entre os 15 milhões de brasileiros hipoteticamente deficientes (PARANÁ, 2005).

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2013) emprega os seguintes conceitos: Deficiência: perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Incapacidade: restrição ou falta (devido a uma

deficiência) da capacidade de realizar atividades, na forma ou na medida em que se considera normal para o ser humano. E, Impedimento: situação desvantajosa para um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade que lhe permite ou impeça o desempenho de um papel que é normal em seu caso (em função da idade, sexo, fatores sociais e culturais). Esse diz respeito a uma alteração, dano ou lesão psicológica, fisiológica ou anatômica em um órgão ou estrutura do corpo, a deficiência está ligada às sequelas que restringem a execução de uma atividade (PARANÁ, 2005).

Porém a definição de deficiência mental mais difundida e aceita atualmente é a dada em 1992 pela *American Association of Mental Retardation* (AAMR): Funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, coexistindo com limitações relativas a duas ou mais das seguintes áreas de habilidades adaptativas: comunicação, autocuidado, habilidades sociais, participação familiar e comunitária, autonomia, saúde e segurança, funcionalidade acadêmica, de lazer e de trabalho. Manifesta-se antes dos 18 anos de idade (PARANÁ, 2005).

Contudo, nos parâmetros curriculares – adaptações curriculares (Brasil, 1998, pp.25-27) a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e do Desporto propõe-se o seguinte conceito para a deficiência intelectual:

Deficiência intelectual: caracteriza-se por registrar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação; cuidados pessoais; habilidades sociais; desempenho na família e comunidade; independência na locomoção; saúde e segurança; desempenho escolar; lazer e trabalho.

A deficiência intelectual (DI), assim como outras características humanas, constitui parte integral da experiência e da diversidade humana. Ela é entendida de maneira diferenciada pelas diversas culturas o que faz com que a comunidade internacional deva reconhecer seus valores universais de dignidade, autodeterminação, igualdade e justiça para todos (DECLARAÇÃO DE MONTREAL SOBRE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, 2004).

Considera-se que a pessoa com deficiência intelectual possui habilidades e capacidades que podem e devem ser desenvolvidas para a sua autonomia social, com reconhecimento dos demais integrantes da sociedade. Tendo em vista essas

informações, faz-se necessário que os professores, tanto da Educação Especial quanto do Ensino Regular tenham essas considerações como norteadores das práticas pedagógicas. Daí a deficiência intelectual não poder confundir-se com doença mental (distúrbios emocionais, psicoses outros) nem com problemas ou distúrbios de aprendizagem; tampouco com peculiaridades advindas do ambiente cultural (diferenças linguísticas, de hábitos etc.) (PARANÁ, 2005).

A deficiência intelectual pode ser atribuída às causas, como:

a) Pré-natais e fatores de risco: anomalias cromossômicas (Síndrome de *Down*), anomalias enzimáticas (fenilcetonúria), incompatibilidade sanguínea, sífilis, rubéola, toxoplasmose, defeitos do desenvolvimento do cérebro; desnutrição materna; má assistência à gestante; fatores tóxicos na mãe, como alcoolismo, consumo de drogas, efeitos colaterais de medicamentos, poluição ambiental, tabagismo.

b) Perinatais (hora do nascimento): anóxia ou hipóxia (falta de oxigênio no cérebro), traumatismos cranianos, má assistência ao parto e traumas de parto; prematuridade e baixo peso; icterícia grave do recém nascido, fator sanguíneo.

c) Pós-natais: meningites, encefalites, fraturas ou ferimentos penetrantes do crânio, afogamento, choque elétrico, asfixia, quedas; desnutrição, desidratação grave, carência de estimulação global; intoxicações exógenas (envenenamento) por remédios, inseticidas, produtos químicos (chumbo, mercúrio); infestações como neurocisticercose (larva da *Taenia Solium*) (PARANÁ, 2005, p. 20).

De acordo com a classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2003) sobre coeficiente intelectual, denominação, e o nível cognitivo segundo Piaget e idade mental utiliza-se o quadro abaixo devendo considerar que o mesmo resulta de uma classificação clínica-terapêutica, uma vez que essa informação constitui um conhecimento complementar nos processos educacionais que dão ênfase nos os resultados qualitativos.

Classificação da OMS (Organização Mundial da Saúde)			
Coeficiente intelectual	Denominação	Nível cognitivo segundo Piaget	Idade mental correspondente
Menor de 20	Profundo	Período Sensório-Motriz	0-2 anos
Entre 20 e 35	Agudo grave	Período Sensório-Motriz	0-2 anos
Entre 36 e 51	Moderado	Período Pré-Operativo	2-7 anos
Entre 52 e 67	Leve	Período das Operações Concretas	7-12 anos

Quadro 1: Classificação da Organização Mundial de Saúde
Fonte: OMS, 2013

Daí ser importante o diagnóstico de deficiência intelectual, a ser realizado por um médico ou psicólogo e por um pedagogo, deve-se levar em consideração o momento da vida, bem como a diversidade cultural, linguística e socioeconômica da pessoa. O teste psicométrico deve ser considerado apenas como um indicador, a ser confirmado por pesquisa mais aprofundada, em cada caso. Se a hipótese de deficiência intelectual for confirmada, a pessoa precisa receber atendimento e apoio favoráveis a seu desenvolvimento, a sua aprendizagem e a sua independência na vida cotidiana.

Apenas recentemente as pessoas com deficiência intelectual passaram a ter um genuíno direito à cidadania e a se beneficiar dos progressos da ciência no sentido de uma compreensão melhor de sua condição e de suas possibilidades de desenvolvimento. Todavia, a ideia de isolar e segregar ainda persiste em muitos casos, na concepção dos que julgam que a plena integração social jamais se consolidará numa sociedade competitiva que preconiza a beleza, a produtividade, o vigor e a conveniência (SILVA, 2003).

Daí ser importante o professor saber como e quando se dá a inclusão. Silva (2003) informa que há alguns pontos importantes que podem ajudar a entender um pouco mais sobre as condições consideradas fundamentais para a inclusão escolar, eis alguns deles:

Saber identificar os alunos com necessidades educacionais específicas; conhecer metodologias que vão auxiliar no ensino destes alunos; aprofundar conhecimentos sobre a relação da escola com a família; aprofundar conhecimento sobre o desenvolvimento escolar da criança e do adolescente; aprofundar conhecimentos sobre planificação; aprofundar conhecimentos sobre avaliação; conhecer métodos especiais de leitura e escrita; conhecer técnicas de expressão e linguagem, ligadas ao trabalho com alunos com necessidades educacionais; saber adaptar atividades ao ritmo e as dificuldades dos alunos (SILVA, 2003, p. 57).

Para superar essas barreiras e, conseqüentemente, desenvolver ações que garantam o pleno acesso dessa parcela da população aos recursos socioeducacionais, é indispensável dominar conhecimentos a respeito de deficiência e reconhecer as reações pessoais e sociais provocadas por essa condição (AMARAL; D'ANTINO, 1998).

A concepção de mídias

As novas tecnologias da informação e comunicação promovem uma nova leitura no panorama educacional, em que a utilização adequada dos recursos midiáticos torna-se forte aliado no processo ensino aprendizagem. Mediar esse processo, atualmente defendido pela literatura, é fundamentalmente importante para a construção do conhecimento.

Desse modo, em uma perspectiva cognitivista, um ambiente virtualmente educativo pode impulsionar a capacidade de compreensão e interiorização do conhecimento, desenvolvendo a real habilidade do 'aprender a aprender' (MORAN, 2007).

As diferentes mídias como o rádio, a televisão, computador, jornal, revistas, celular, outros, são recursos extremamente importantes que devem ser incorporados ao cotidiano escolar, proporcionando aos alunos a oportunidade de expandir sua percepção do mundo e ampliar suas perspectivas de aprendizagem, envolvendo-os em trabalhos cooperativos e solidários, num ambiente de autonomia e liberdade (MORAN, 2007).

"Nunca houve tantas pessoas aprendendo tantas coisas ao mesmo tempo como na sociedade atual" (POZO, 2008, p. 30). De fato, para todos os lugares que se olha, depara-se com tecnologias, indispensáveis, hoje, para o desenvolvimento pessoal, cultural e econômico. É necessário aprender a conviver com a diversidade de perspectivas e com múltiplas interpretações de toda a informação para construir o seu próprio ponto de vista.

Dessa maneira, as Tecnologias da Informação são recursos que auxiliam o professor no processo de ensino aprendizagem, transmitindo o conhecimento de uma forma mais criativa, dinâmica e contribuindo de forma social oferecendo o direito de estudar e aprender com mais atratividade e interação, estimulando o interesse por novos assuntos. Ela nada mais é que um instrumento para alcançar novos horizontes educacionais (CASTRO, 2000).

É preciso observar que muitas escolas já possuem alguns tipos de ferramentas tecnológicas, porém são pouco usadas. Além de que, o aluno já conhece, manuseia tais ferramentas fora do espaço escolar. Deve-se, portanto, inserir esses conhecimentos na prática pedagógica, pois se acredita que o conhecimento a partir do seu contexto social é mais proveitoso, e a escola deve ter o

compromisso de viabilizar o acesso a essas tecnologias para todos que a integram (CASTRO, 2000).

Se por volta dos anos 1950 e 1960 do século XX, a Tecnologia Educacional era vista como o estudo dos meios geradores de aprendizagens no ensino, no Brasil só a partir dos anos 1960 iniciou-se uma discussão mais sistematizada sobre o assunto no interior das instituições educacionais e sua utilização, naquele momento era fundada no tecnicismo (SIMÕES, 2002).

O autor também comenta, que hoje, a incorporação de algumas mídias como DVD, televisões e acesso a internet em sala de aula já não gera tanta surpresa e estranhamento aos profissionais que procuram dinamizar o ensino e não ficam presos ao livro didático. É de grande importância também que se crie uma relação de respeito, formando por fim um elo de confiança entre o profissional e seus alunos. Vygotsky (1987) já afirmava essa ideia quando defendia que os seres humanos aprendem na medida em que interagem com outros.

O professor ao usar as tecnologias como ferramentas de ensino para o educando com DI pode passar aos seus alunos a importância desses novos meios na disseminação da informação, torná-los capaz de saber procurar novas fontes e produzir suas próprias ideias, isso faz parte da função social que compete a este profissional. Nota-se que o resultado dessa ação será a criação de futuros pensadores críticos e pessoas de opinião formada, com uma verdadeira competência informacional (SIMÕES, 2002).

A instituição de ensino precisa oferecer os recursos e a estrutura que os professores e alunos necessitam para promover o ensino aprendizagem, para Souza (2007) o uso da tecnologia nas escolas requer a formação, o envolvimento e o compromisso de todos os profissionais no processo educacional (educadores, diretores, supervisores, coordenadores pedagógicos), no sentido de repensar o processo de informações para transmitir conhecimentos e aprendizagem para a sociedade.

Por isso, que o professor assuma seu papel de protagonista de sua formação, que consiga enfrentar novos desafios, e busque refletir sobre sua própria prática para superar os obstáculos e aperfeiçoar o processo de ensino aprendizagem, como salientam Ferreira et al (2011).

Assim sendo, a utilização das tecnologias na escola impulsiona a abertura de espaços ao mundo e ao contexto em que o aluno está inserido, permitindo que o

mesmo conheça e participe ativamente das situações que envolvam a sociedade em geral sem, contudo, abandonar o universo de conhecimentos acumulados que o sujeito adquiriu ao longo dos anos. Segundo Salgado (2008) deve-se criar ambientes de aprendizagem com atividades, objetos e materiais de suporte pedagógico impregnado com determinados conceitos ou estratégias de modo que os aprendizes, interagindo com os objetos ou desenvolvendo as atividades, possam construir conhecimentos relacionados com esses conceitos e estratégias.

Na visão de Freire (1997) é possível constatar que

Porque não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho; intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1997, p.33).

Já Moran (2007) informa que a televisão, o cinema e o vídeo, CD ou DVD – os meios de comunicações audiovisuais – desempenham, indiretamente, um papel educacional relevante. Passam-nos continuamente informações, interpretadas; mostram-nos modelos de comportamento, ensinam-nos linguagens coloquiais e multimídia e privilegiam alguns valores em detrimento de outros.

A informação e a forma de ver o mundo predominante no Brasil provêm fundamentalmente da televisão. Afinal, é ela que alimenta e atualiza o universo sensorial, afetivo e ético que crianças e jovens, e grande parte dos adultos levam a para sala de aula. Como a TV o faz de forma mais despreziosa e sedutora, é muito mais difícil para o educador contrapor uma visão mais crítica, um universo mais abstrato, complexo e na contramão da maioria como a escola se propõe a fazer (MORAN, 2007).

METODOLOGIA

Pretendeu-se para este estudo realizar uma revisão de literatura enfocando os pareceres de autores acerca do tema proposto, bem como uma coleta de dados, por meio de questionário com professores que atuam com a educação inclusiva e as mídias, primeiramente se iniciou com o marco da educação inclusiva no Brasil e a partir daí as possibilidades desta inclusão com o uso de mídias. A pesquisa utilizou a

base de periódicos Scielo, bem como outras fontes, como livros e periódicos, em que vários autores corroboram com as ideias a serem lançadas neste estudo.

Esta pesquisa teve como método qualitativo, tendo em vista as possibilidades de análise e interpretação que emergem das informações coletadas em fontes documentais, pesquisadas em fontes bibliográficas e respostas de professores sobre o uso das mídias na educação. As discussões fundamentam-se em dados informativos que permitem detectar o contexto histórico, político, econômico e social no qual os temas abordados se inserem (GIL, 1999).

Este estudo fora uma pesquisa bibliográfica, porque foram utilizadas fontes bibliográficas como livros, publicações periódicas, páginas de web sites, artigos, entre outros materiais que a caracterizam como uma pesquisa bibliográfica. Afinal, a bibliografia é constituída numa preciosa fonte de informações, com dados já organizados e analisados (SANTOS, 2004). E salienta o autor que a bibliografia constitui-se numa preciosa fonte de informações, com dados já organizados e analisados. Por isso a pesquisa com base em bibliografias deve encabeçar qualquer processo de busca científica que se inicie.

De acordo com Lakatos (2001) entende-se por pesquisa um processo formal com método de pensamento reflexivo que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. E por questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.

Segundo Gil (1999) a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Naturalmente, não existem normas rígidas a respeito da elaboração do questionário.

Assim sendo, a elaboração de um questionário requer a observância de normas precisas, a fim de aumentar sua eficácia e validade. Em sua organização, devem-se levar em conta os tipos, a ordem, os grupos de perguntas, a formulação das mesmas e também tudo aquilo que se sabe sobre percepção, estereótipos, mecanismos de defesa, liderança, entre outros, complementa Lakatos (2001).

Para este estudo cinco foram as entrevistas, todas com professoras da rede estadual de ensino, que atuam com a educação inclusiva e as mídias. Compreende-se que as mídias em muitos casos são necessárias para o processo de ensino

aprendizagem, independentemente do tipo de deficiência que o educando apresenta.

RESULTADO E DISCUSSÕES

A educação é um processo de construção da consciência crítica, em que essa construção começa com a problematização dos dados que chegam ao indivíduo direta e indiretamente, e os recontextualiza em uma perspectiva de conjunto, totalizante, coerente, um novo texto, uma nova síntese criadora. Essa síntese integra os dados tanto conceituais quanto sensíveis, tanto da realidade quanto da ficção, do presente e do passado, do político, econômico e cultural (MORAN, 2007).

Segundo o autor acima, fala-se assim, de uma educação para a comunicação. Uma educação que procura ajudar as pessoas individualmente e em grupo a realizar sínteses mais englobantes e coerentes, tomando como partida as expressões de troca que se dão na sociedade e na relação com cada pessoa; ajudar a entender uma parte dessa totalidade a partir da comunicação enquanto organização de trocas tanto ao nível interpessoal como coletivo.

Desse modo, a educação para a comunicação precisa da articulação de vários espaços educativos, mais ou menos formais, como educação ao nível familiar, trabalhando a relação pais-filhos-comunicação, seja de forma esporádica ou em momentos privilegiados, em cursos específicos também. A relação comunicação-escola, uma relação difícil e problemática, mas absolutamente necessária para o enriquecimento de ambas, numa nova perspectiva pedagógica, mais rica e dinâmica (MORAN, 2007).

Além de que, a aprendizagem, dentro e fora escola, é viabilizada por meio da interação social entre as pessoas, assim, construção social do conhecimento é fomentada pela troca de informações. É pela aprendizagem que se constroem conhecimentos. Ela pode ser aplicada no contexto de escolas em atividades centradas na capacidade de solucionar problemas, pois vai exigir que os alunos construam um conhecimento novo para solucionar o problema ou solucionem o problema através de métodos conhecidos (MORAN, 2007).

A escola precisa, então, segundo Moran (2007) exercitar as novas linguagens que sensibilizam e motivam os alunos, em especial os DI, e também combinar

pesquisas escritas com trabalhos de dramatização, de entrevista gravada, propondo formatos atuais como um programa de rádio uma reportagem para um jornal, um vídeo, onde for possível. A motivação dos alunos aumenta significativamente quando realizam pesquisas, onde se possam expressar em formato e códigos mais próximos da sua sensibilidade. Mesmo uma pesquisa escrita, se o aluno puder utilizar o computador, adquire uma nova dimensão e, fundamentalmente, não muda a proposta inicial.

Em relação a essa questão, todos os cinco professores entrevistados afirmaram ser as mídias úteis na sala de aula, salienta uma delas que *os recursos midiáticos podem auxiliar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Através deles é possível ampliar as possibilidades de trabalho, enriquecendo as atividades e torna-as mais atraentes para uso do aluno.*

Salgado (2008, p.30) afirma que “as tecnologias da informação estão criando novas formas de distribuir socialmente o conhecimento, que estamos apenas começando a vislumbrar, mas que, seguramente, tornam necessárias novas formas de alfabetização (literária, gráfica, informática, científica etc.). Elas estão criando uma nova cultura da aprendizagem, que a escola não pode ou, pelo menos, não deve ignorar”.

Os meios de comunicação operam imediatamente com o sensível, o concreto, principalmente, a imagem em movimento. Combinam a dimensão espacial com a cinestésica, onde o ritmo torna-se cada vez mais alucinante (como nos videoclipes). Ao mesmo tempo utilizam a linguagem conceitual, falada e escrita, mais formalizada e racional. Imagem, palavra e música se integram dentro de um contexto comunicacional afetivo, de forte impacto emocional, que facilita e predispõe a conhecer mais favoravelmente (MORAN, 2007).

Corroborar essa ideia a resposta de uma das entrevistas ao relatar que *os alunos com deficiência aprendem muito com jogos matemáticos no computador, escolha de letras, usado para alfabetizar os alunos e outros, mesmo alunos com dificuldade neuromotora ficam mais motivados quando se faz adaptação do teclado. Além de que, o uso da televisão multimídia ou pendrive oferece aulas com diversos assuntos e tempo reduzido, podendo ser trabalhada várias atividades de curta*

duração para que o aluno não se disperse.

É preciso compreender que o desenvolvimento das novas tecnologias não diminui em nada o papel dos educadores, ao contrário o modifica profundamente, pois deixa de ser o transmissor do saber, tornando-se num elemento do conjunto, organizando o saber coletivo. Ao contrário, como salientam duas professoras ao enfatizarem que os *recursos midiáticos, com ênfase nas ferramentas tecnológicas, podem ser um meio de suma importância para a aprendizagem do aluno. É possível envolvê-lo nas aulas, tornando esse processo mais prazeroso, envolvendo também a ludicidade na aprendizagem; ao lançar mão desses recursos, os alunos sentem-se muito mais motivados e mais participativos.*

Antes de a criança chegar à escola, já passou por processos de educação importantes: pelo familiar e pela mídia eletrônica. No ambiente familiar, mais ou menos rico cultural e emocionalmente, a criança vai desenvolvendo as suas conexões cerebrais, os seus roteiros mentais, emocionais e suas linguagens. Os pais, principalmente a mãe, facilitam ou complicam, com suas atitudes e formas de comunicação mais ou menos maduras, o processo de aprender a aprender dos seus filhos (SIMÕES, 2002).

Afirma uma das entrevistadas: *o aluno já está envolvido com os recursos midiáticos. Atualmente o uso do computador, internet através do celular, tablet e outros afins fazem parte do dia a dia das crianças, adolescentes e adultos. E a facilidade de acesso a esses recursos mudou o perfil da nova geração, criando uma cultura de obtenção de informações com velocidade. Sendo assim, quando o professor usa o quadro de negro e o giz como estratégia de ensino, a indisciplina aumenta e não há envolvimento com a aprendizagem.*

Assim sendo, a criança com e sem DI também é educada pela mídia, principalmente pela televisão. Aprende a informar-se, a conhecer – os outros, o mundo, a si mesmo – a sentir, a fantasiar, a relaxar, vendo, ouvindo, ‘tocando’ as pessoas na tela, que lhe mostram como viver, ser feliz e infeliz, amar e odiar. A relação com a mídia eletrônica é prazerosa, pois ninguém obriga, e é feita por meio da sedução, da emoção, da exploração sensorial, da narrativa, porque se aprende vendo as histórias dos outros e as histórias que os outros contam (MORAN, 2007).

Mesmo durante o período escolar a mídia mostra aos alunos com DI o mundo de outra forma – mais fácil, agradável, compacta – sem precisar fazer esforço. Afinal,

ela fala do cotidiano, dos sentimentos, das novidades. A mídia continua educando como contraponto à educação convencional, educa enquanto estamos entretidos (MORAN, 2007).

Segundo umas das entrevistas a maior dificuldade em minha opinião e também de muitos professores, é a nossa falta de conhecimento quanto à existência e de como utilizar tais “ferramentas”. A facilidade está na concretização dos temas trabalhados, pois a aula é enriquecida com os inúmeros recursos necessários para o estímulo da aprendizagem, que ocorre a partir de vários processos internos de desenvolvimento mental.

Portanto, a educação escolar precisa compreender e incorporar mais as novas linguagens, desvendando os seus códigos, dominando as possibilidades de expressão e os possíveis usos. Daí ser importante educar para usos democráticos, mais progressistas e participativos das tecnologias, que facilitem a evolução dos indivíduos.

Porque ao se considerar os estilos de aprendizagem, o professor que lançar mão de todos os materiais e, ou recursos disponíveis; fornecerá amplas perspectivas para a melhoria das práticas educacionais. É preciso compreender que as turmas não são homogêneas e diante disso é preciso buscar estratégias que atinjam o canal visual, auditivo e cinestésico. O uso dos recursos midiáticos é fundamental em todos os momentos, em especial, na área de exatas onde há maior dificuldade na abstração do conhecimento.

E ao valorizar as conquistas e as evoluções alcançadas pela turma, em seus processos de aprendizagem, por meio de uma avaliação minuciosa, evidenciam-se como cada um progride de maneira diferenciada, derrubando de vez a ideia de homogeneidade da turma. Mesmo que apresentem a mesma categoria de deficiência, cada um é único, produto de fatores tanto herdados como socioculturais, decorrentes das interações que mantêm com os grupos aos quais pertence, o que faz com que cada um aprenda de forma diferente do outro (BRASIL, 2001).

Portanto, como mencionou uma das entrevistadas: *entre as facilidades em se utilizar os recursos tecnológicos está o interesse e envolvimento do aluno, não só como um sujeito passivo, mas sim um aluno ativo que pode interagir criar dentro de suas possibilidades. Porém destaca-se a falta de recursos adequados para o desenvolvimento das atividades.*

Assim sendo, o uso de diferentes mídias no ambiente escolar oportuniza ao aluno DI expandir a sua percepção de mundo e ampliar suas perspectivas de aprendizagem, a partir de uma prática pedagógica diversificada, através de atividades prazerosas, estimulantes e consistentes, num ambiente de cooperação e autonomia (MORAN, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O educando com deficiência intelectual é aquele que se caracteriza por registrar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação; cuidados pessoais; habilidades sociais; desempenho na família e comunidade; independência na locomoção; saúde e segurança; desempenho escolar; lazer e trabalho.

Considerando-se que a pessoa com deficiência intelectual possui habilidades e capacidades que podem e devem ser desenvolvidas para a sua autonomia social, com reconhecimento dos demais integrantes da sociedade. Tendo em vista essas informações, faz-se necessário que os professores, tanto da Educação Especial quanto do Ensino Regular tenham essas considerações como norteadores das práticas pedagógicas.

Os sistemas de ensino asseguraram aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização especificadamente para atender às suas necessidades; terminalidade específica; professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; educação especial para o trabalho; e acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

No Paraná a educação especial é uma modalidade que recebe atenção tanto da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba quanto da Secretaria de Estado de Educação. O atendimento aos alunos PcD é realizado por meio da inclusão desses alunos em escolas regulares, também dispendo de escolas especiais que

implementam projetos específicos para esse público. Além disso, é dever do Estado garantir a oferta da educação especial em todos os níveis de ensino, iniciando-se na educação infantil.

Para tal clientela, se faz necessária uma metodologia que leve o educando ao aprendizado significativo, daí o uso das mídias sociais em seu processo de ensino aprendizagem ser vantajoso e preciso.

As novas tecnologias da informação e comunicação promovem uma nova leitura no panorama educacional, em que a utilização adequada dos recursos midiáticos torna-se forte aliado no processo ensino aprendizagem. Mediar esse processo, atualmente defendido pela literatura, é fundamentalmente importante para a construção do conhecimento.

As Tecnologias da Informação são recursos que podem auxiliar o professor no processo de ensino aprendizagem, compartilhando o conhecimento de uma forma mais criativa, dinâmica e contribuindo de forma social oferecendo o direito de estudar e aprender com mais atratividade e interação, estimulando o interesse por novos assuntos. Ela nada mais é que um instrumento para alcançar novos horizontes educacionais. Daí sua importância para a aprendizagem do educando DI.

Portanto, a utilização das tecnologias na escola impulsiona a abertura de espaços ao mundo e ao contexto em que o aluno está inserido, permitindo que o mesmo conheça e participe ativamente das situações que envolvam a sociedade em geral sem, contudo, abandonar o universo de conhecimentos acumulados que o sujeito adquiriu ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L.A.; D'ANTINO, M.E.F; SILVA, A.M. **A Criança de 0 a 3 Anos: Estimulação Intensificada**. Cadernos da TV Escola Educação Especial, Deficiência Mental e Deficiência Física. 1 ed. São Paulo/SP: Secretaria da Educação a Distância, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental**. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC / SEF/SEESP, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC, SEESP, 2001.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC SEF, 1996.

_____. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Brasília: 1990.

_____. CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA. Brasília: 1988.

_____. Lei nº 8859/94 – Estágio

_____. Lei nº 10.098/94 – Acessibilidade;

_____. Lei nº 10.436/02 – Libras;

_____. Lei nº 7.853/89 – CORDE – Apoio às pessoas portadoras de deficiência;

_____. Lei n.º 8.899, de 29 de junho de 1994 – Passe Livre;

_____. Lei nº 9424 de 24 de dezembro de 1996 – FUNDEF.

_____. Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004, Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência.

_____. Lei nº 10.216 de 4 de junho de 2001 – Direitos e proteção às pessoas acometidas de transtorno mental.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

_____. Plano Nacional de Educação – Educação Especial.

BELLONI, M. L. **O que é Mídia-Educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo), 2005.

CASTRO, M. L.D., et al. **Mídias e processos de significados**. UNISINOS. Rio Grande do Sul, 2000.

FERREIRA, I. et al. **Tecnologias da informação e comunicação como instrumento para a disseminação da informação**. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2013.

FREIRE, P. **Política e educação**. 3. ed. Vol. 23. São Paulo: Cortez, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, E. M.. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MORAN, J. M.. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas S/P: Papyrus, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidades e Saúde (CIF) F70-F79 Retardo mental, 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. Ensino Fundamental na rede pública de ensino na educação básica do Estado do Paraná. Curitiba: SEED/ SUED, 2005.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2004.

SIMÕES, V.A.P.. **Utilização de novas tecnologias educacionais nas escolas da rede estadual da cidade de Umuarama** – PR. Dissertação de mestrado em educação. UFU, 2002.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO REALIZADO COM AS CINCO PROFESSORAS DA REDE ESTADUAL EM ESCOLAS INCLUSIVAS

1. Você acredita que o uso de recursos midiáticos envolve o aluno e o auxilia em seu processo de aprendizagem?
2. Dentre os recursos midiáticos, quais em sua prática pedagógica, você utiliza ou utilizou com os alunos com deficiência intelectual?
3. Ao utilizar os recursos midiáticos qual foi sua percepção acerca do processo ensino aprendizagem dos alunos.
4. Em sua prática pedagógica utilizando os recursos midiáticos, quais foram as facilidades e dificuldades encontradas?
5. Em quais situações de aprendizagem os recursos midiáticos são necessários? Dê algumas sugestões.